

Assalariados e autônomos: a experiência sindical dos engenheiros

Sérgio Martins Pereira¹

1. Introdução

Este trabalho tem como objeto uma experiência específica de sindicalismo, aquela voltada aos profissionais da engenharia. A partir da trajetória do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (SENGE-MA), observaremos um caso peculiar e complexo de formação de interesses e experiências laborais, onde a ação sindical busca dar conta de uma base heterogênea de representados.

O estudo tem como contexto as transformações experimentadas pelo sindicalismo brasileiro nas últimas décadas, em face do fenômeno que se convencionou chamar de *reestruturação produtiva*. A partir do caso da representação político-sindical dos profissionais da engenharia, destacaremos uma característica nem sempre observada pelos estudos do trabalho e do sindicalismo no Brasil: a coexistência entre profissionais assalariados e autônomos em uma mesma “base” de representados.

Apresentaremos parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla que nos últimos anos tem se dedicado à análise da representação político-sindical entre profissionais de nível superior no Brasil e, em especial, no estado do Maranhão. Para tanto, contamos com o auxílio financeiro concedido pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2009-2011 e 2013-2015) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA) (2011-2012 e 2013-2015).

2. Apontamentos metodológicos

Para além da discussão geral em que se insere este estudo, lançaremos mão da análise de documentos e publicações sindicais, trajetórias e depoimentos de lideranças sindicais e informações acerca do perfil sócio-profissional dos associados do Sindicato dos

¹ Professor do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), membro do [Grupo de Estudos e Pesquisas Trabalho e Sociedade](#) (GEPTS-UFMA) e do Grupo [Trabalho, Sindicato e Desenvolvimento](#) (UFRJ).

Engenheiros no Estado do Maranhão (SENGE-MA). Ainda que seja tomado como ponto de partida o estudo da trajetória do sindicato, realizaremos uma breve comparação entre esta e outras experiências da representação político-sindical dos engenheiros no Brasil.

Buscamos assim avaliar de que modo o caso estudado contempla algumas questões observadas na bibliografia sobre o tema e instiga a busca pelas possíveis peculiaridades constitutivas do sindicalismo de nível superior no Maranhão e no Brasil, em especial no que tange à trajetória e à organização mais recente dos profissionais da engenharia.

3. Engenheiros e suas entidades de classe

Um levantamento inicial de estudos de alguma forma dedicados aos profissionais da engenharia aponta para alguns pontos em comum. No plano mais geral, os engenheiros são enquadrados em um estrato mais amplo da força de trabalho: os profissionais de nível superior, o que permite o diálogo com outros estudos sobre a chamada classe média (cf. GRÜN 1992).

Outro ponto de contato entre tais estudos diz respeito à caracterização da divisão interna peculiar que marca esse mesmo grupo de profissionais. Kawamura (1981:12), por exemplo, recorre ao estudo de C. Wright Mills² sobre a classe média, para classificar a atividade do engenheiro – de acordo com sua relação com o “aparelho econômico” – em três categorias básicas: o profissional liberal, o profissional assalariado e o profissional empresário. Como destacamos anteriormente, essa característica particular abre a possibilidade para que interesses e perspectivas concorrentes orientem a organização e a atuação das entidades que representam técnica, econômica ou politicamente os profissionais da engenharia.

Segundo Grün (1992), as associações profissionais de classes médias, ou aquelas certificadas por diplomas universitários, organizam-se em sindicatos e federações, bem como em conselhos regionais e nacionais que tem suas atribuições, sejam representativas ou consultivas, definidas por lei. Outra variação institucional apontada pelo autor diz respeito aos institutos, clubes e associações que divulgam a excelência técnica da

² WRIGHT MILLS (1976).

categoria, constituindo-se como porta-vozes destes especialistas junto às diferentes esferas da administração pública. No caso específico dos engenheiros, teríamos respectivamente os sindicatos e a federação nacional; os conselhos estaduais e o conselho federal e; os clubes de engenharia.

Nos anos 1970, a conjuntura política associada à degradação econômica desses profissionais de nível superior teria contribuído para a inclusão de suas entidades representativas no rol daqueles que se levantavam contra o regime autoritário. A atuação político-sindical dos engenheiros significava não só a luta econômica da categoria, mas também a busca pela manutenção de seu prestígio social³.

Em termos de visibilidade, observamos as organizações que agrupam médicos, engenheiros e advogados ocupando de longe o primeiro lugar nessas manifestações. É claro que isso não se dá por acaso. Essas profissões “clássicas” estão melhor sedimentadas no imaginário social: tanto como expectativa de carreira e de rendimentos simbólicos para seus seguidores, quanto para a sociedade que deve sancioná-los. Essa ordem de manifestantes “sabe” subjetivamente que tem direito a um lugar ao sol, por outro lado, também reconhece essas pretensões como legítimas.⁴

A mesma conjuntura que fez com que os sindicatos operários e de massa ganhassem força como agentes políticos, promoveu a ascensão desse tipo de organização junto aos profissionais de nível superior, redefinindo o balanço de poder entre as entidades representativas, com uma sensível vantagem dos sindicatos em relação aos CREAs e clubes de engenharia.

O autor também chama a atenção para o surgimento não apenas de novas lideranças, em maioria oriundas do movimento estudantil e de determinados estratos sociais, mas também para a imposição de um padrão de militância análogo ao dos setores operários, aos quais os sindicatos profissionais também passariam a se associar.

Aparentemente ilógica, aquela forma de veicular a problemáticas das categorias de classe média faz sentido pela junção de duas séries de encadeamentos paralelos. Os agentes mobilizáveis pelos trabalhos de representação são justamente as parcelas mais

³ Em seu estudo sobre os *white collars* americanos, WRIGHT MILLS (idem), aborda a correlação entre classe e prestígio social entre esses profissionais, bem como a competência técnica certificada por diploma escolar que garantiam a esses profissionais o monopólio da educação formal necessária ao tipo de emprego.

⁴ GRÜN (1992:32)

desfavorecidas do corpo profissional, que ocupam, no seio da profissão considerada, um papel análogo ao que o proletariado ocupa na sociedade como um todo.⁵

O próprio desenvolvimento econômico-industrial experimentado pelo Brasil nas décadas seguintes, com a expansão da participação das grandes corporações multinacionais na economia, esses profissionais viram-se diante de novas relações entre qualificação e emprego, bem como o estreitamento das possibilidades de busca por “um lugar ao sol”.

Acuado em todos os ambientes “modernos”, o antigo padrão profissional irá encontrar seu melhor refúgio na administração pública direta, gerando uma bifurcação cada vez mais acentuada dos mercados de trabalho para as classes médias. Do lado governamental *strictu sensu*, temos a manutenção da correspondência entre as competências adquiridas na universidade e as habilidades necessárias à vida profissional. No sentido oposto, temos as esferas de influência das empresas multinacionais, onde a competência escolar aparece como “condição necessária mas não suficiente” para o desenvolvimento das carreiras.⁶

Essa “bifurcação” trouxe implicações diretas para a ação sindical. Por um lado, vimos a expansão do sindicalismo no setor público na segunda metade dos anos 1980, onde parte dos profissionais de nível superior se incorporava aos sindicatos de categorias cujas bases eram setores ou empresas estatais, como funcionários públicos, eletricitários, petroleiros, professores, siderúrgicos, entre outros⁷. Por outro lado, também se registrava o crescimento de outro pólo do qual o sindicalismo se distanciaria cada vez mais. O caso de um associado do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo, estudado por Grün (1990), é representativo desse segundo caminho seguido pela categoria.

Para os agentes que gravitam em órbitas mais próximas das zonas de atração do pólo multinacional-executivo, as empresas de representação descritas nos tópicos são quase completamente estranhas. A tonalidade das apreciações que os agentes entrevistados nos ofereceram sobre aquelas entidades variou um pouco, mas sempre eles manifestaram o seu desagrado e mesmo desaprovação em relação ao sindicato que estatutariamente os

⁵ GRÜN (1992:32).

⁶ GRÜN (1990:92-93).

⁷ O ano de 1987, por exemplo, foi considerado “o ano das greves dos funcionários públicos” quando o número de paralisações superava em três vezes o do setor privado (NORONHA, 1991:118).

representam. Poderíamos mesmo agrupar sua apreciações na seguinte frase modal: “do sindicato eu só lembro quando tenho de pagar a contribuição sindical do ano. Se eu me esqueço tenho de pagar um dia de trabalho, que sai muito mais caro..”.⁸

Como discutido anteriormente, os pólos público e privado, constitutivos da mão-de-obra assalariada entre os profissionais da engenharia, dividem ainda espaço com outras possibilidades de uso econômico desse saber técnico-profissional: o profissional liberal e o profissional empresário. Diante das atuais exigências de “flexibilidade” e das diferentes representações que essas assumem para os três segmentos da categoria, até mesmo a defesa do cumprimento da Lei nº 4.950-A/1966, que instituiu o Salário Mínimo Profissional, ainda que discursivamente defendida por todos, torna-se objeto de controvérsia entre as diferentes entidades que buscam representar os interesses político-econômicos e o prestígio social dos engenheiros.

4. O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Maranhão (SENGE-MA) foi fundado em 1983. Em sua origem, sindicato e militantes engenheiros da capital maranhense associam-se aos movimentos pela redemocratização que o país no início dos anos 1980. Em 1986, a entidade filia-se à Central Única dos Trabalhadores (CUT), criada em 1983. Um misto entre a influência da CUT e as disputas internas entre suas lideranças levaria a sua “extinção”⁹ na primeira metade dos anos 1990.

De certo modo, ao filiar-se ao campo de influência da CUT, os militantes engenheiros do Maranhão também seriam expostos a outras ordens de tensão. Se por um lado a orientação político-programática da CUT defendia a organização dos sindicatos por ramo ou setor de atividade¹⁰; por outro, engenheiros cutistas de diferentes estados, o Maranhão entre os quais, passaram a se aglutinar em torno da proposta de uma organização nacional dos profissionais da engenharia. O grupo autodenominado Engecut manteve-se ativo entre fins dos anos 1980 e início dos anos 1990, quando romperia com a estrutura oficial

⁸ GRÜN (1990:95-96).

⁹ A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no que tange à organização sindical, em seu artigo 518, parágrafo primeiro, determina que as formas de constituição e dissolução dos sindicatos sejam previstas em seus estatuto, bem como a destinação do patrimônio social da entidade no segundo caso.

¹⁰ Nas resoluções do 2º. Congresso Nacional da CUT, realizado em 1986, foram definidos seis ramos de atividades: agropecuário, industrial, comércio e serviços, inativos, servidores públicos e autônomos urbanos (CUT, 1986).

representada pela Federação Nacional dos Engenheiros (FNE), fundando a Coordenação Nacional dos Sindicatos dos Engenheiros (Consenge) (1991) e, por fim, uma federação paralela vinculada à CUT, a Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros (Fisenge) (1993)¹¹.

Da mesma forma, a proposta cutista de dissolução de sindicatos profissionais ganhou força entre os militantes do SENGE-MA. Na primeira metade dos anos 1990, a proposta de dissolução do sindicato foi aprovada em assembléia¹². O objetivo era que seus militantes e associados se aglutinassem em sindicatos setoriais como o dos Urbanitários e o dos Serviços Públicos, também filiados à CUT. Após sua dissolução, o patrimônio social (incluindo o prédio da sede) foi transferido para o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais, entidade com o maior número de filiados entre os profissionais de engenharia, como previa o estatuto do SENGE-MA¹³.

Em setembro de 1996, uma composição entre novos e antigos militantes reconstituiu o sindicato. Apesar da presença de diretores que compunham as diretorias anteriores, o sindicato migra da área de influência da CUT, retornando para o campo da FNE. As boas relações com a FNE, instituição onde membros da diretoria do SENGE-MA têm conquistado assento nos últimos anos, vêm auxiliando o sindicato na condução de seu plano de ações que atualizam a necessidade de o sindicato representar uma categoria internamente heterogênea.

5. Perfil dos associados

Um levantamento realizado pelo autor entre 2009 e 2010 produziu um conjunto básico de informações pessoais e profissionais acerca dos associados ao SENGE-MA. Em linhas gerais, os filiados ao sindicato são: Homens (88,8%), em sua maioria titulados nas áreas de Engenharia Civil (58%), Elétrica (16%), Agrônômica (9%) e Mecânica (9%), têm entre 40 e 59 anos de idade (82,5%), concentrando moradia em São Luís, capital do estado do Maranhão (98,5%).

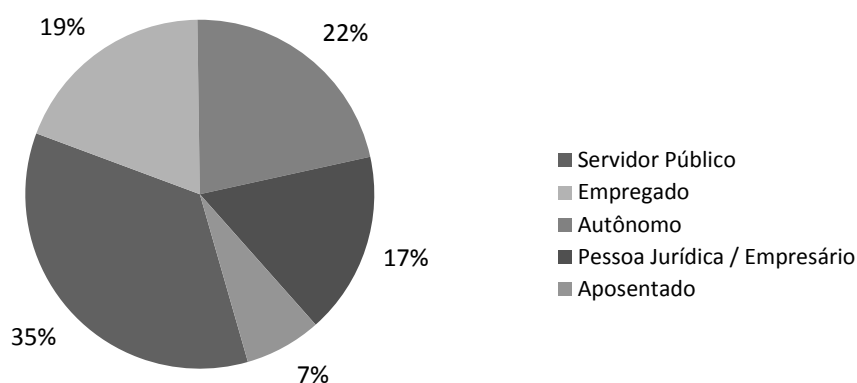
¹¹ Jornal do Engenheiro – SENGE-RJ, junho de 2006.

¹² Relatos dão conta de que a dissolução do sindicato teria ocorrido em 1994.

¹³ Segundo depoimentos, o prédio teria sua penhora executada anos depois para o pagamento de indenizações trabalhistas de duas ex-funcionárias do próprio SENGE-MA.

No conjunto inicial de informações levantadas um dado, em particular, chamava a atenção: a presença de profissionais autônomos e pessoa jurídica. Os associados do SENGE-MA dividem-se entre servidores públicos (35%), empregados privados (19%), autônomos (22%), pessoa jurídica (17%) e aposentados (7%).

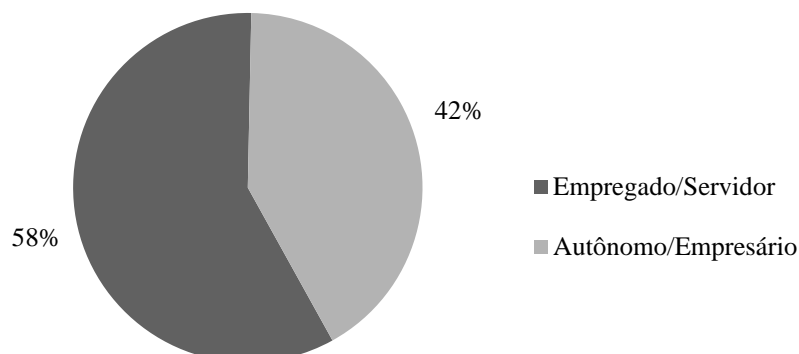
Gráfico 1 - Associados SENGE-MA por ocupação



Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010).

Para uma melhor percepção dos dados anteriores, podemos agregar esses profissionais em dois grandes grupos: assalariados (58%) e autônomos (42%). Para esta última comparação, excluimos os aposentados. Acreditamos, contudo, que a composição assalariados-autônomos entre os aposentados seja semelhante à observada entre os associados ativos.

Gráfico 2 - Associados SENGE-MA - assalariados x autônomos



Fonte: Levantamento realizado pelo autor (2010).

Com a ampliação da investigação para outros sindicatos, a divisão interna entre assalariado e autônomos encontrada no SENGE-MA também foi observada entre os sindicatos filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE)¹⁴. Apesar de se basear em levantamento apenas informal, o quadro a seguir fornece uma primeira visão da significativa presença dos profissionais autônomos na base de filiados desse segmento de sindicatos.

Quadro 1 - Perfil dos sindicatos filiados à FNE¹⁵

Sindicato	Associados	assalariados	autônomos
1. Maranhão	400	58%	42%
2. Acre	265	85-90%	15-10%
3. Amapá	180	>90%	<10%
4. Goiás	2000	>70%	<30%

¹⁴ Dados levantados durante o III Congresso Nacional dos Engenheiros, realizado em São Paulo – SP, entre 24 e 27 de setembro de 2012. Na ocasião foram ouvidos, preferencialmente, os presidentes dos 18 SENGEs filiados à FNE. Alguns diretores também foram ouvidos seja para confirmar as informações prestadas ou mesmo por indicação dos próprios presidentes.

¹⁵ Apesar de também terem sido levantadas informações, os casos dos SENGEs de Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Piauí e São Paulo não foram incluídos na tabela pelo fato de as informações levantadas serem imprecisas ou conflitantes.

5.	Mato Grosso	430	70%	30%
6.	Pará	550	85%	15%
7.	Rio Grande do Norte	900	90%	10%
8.	Rio Grande do Sul	4500	70%	30%
9.	Roraima	300	50%	50%
10.	Santa Catarina	1500	>50%	<50%
11.	Tocantins	400	80-85%	15-20%

Fonte: Levantamento realizado pelo autor em setembro de 2012.

Ao problematizarmos o fato de o SENGE-MA apresentar em sua base de associados uma composição entre profissionais assalariados e autônomos como uma questão de pesquisa, percebemos que esta distinção que, em certa medida, é comum às carreiras de nível superior, ainda que sob variadas combinações ou proporções. Por outro lado, tal característica não necessariamente se reproduz no conjunto dos sindicatos de engenheiros no Brasil. A pesquisa também mostrou que os sindicatos filiados à Fisenge apresentam como característica marcante a hegemonia dos profissionais assalariados em sua base de representados.

Em parte, essa constatação alimenta algumas questões iniciais para a pesquisa. A primeira delas seria a investigação de como diferentes trajetórias sindicais fizeram com que certas concepções político-sindicais ou ideológicas prevalecessem ou fossem excluídas das entidades sindicais. A segunda aponta a necessidade de realização de um mapeamento dos atores individuais e institucionais presentes na base de sindicatos filiados a FNE e Fisenge. Poder-se-ia assim melhor avaliar as especificidades do SENGE-MA no que se distingue e no que se assemelha quanto a suas práticas, ações e estratégias em relação a outras experiências sindicais dentro e fora do espaço de influência em que atua, a base de sindicatos filiados à FNE.

Ainda que o perfil de seus representados justifique, em parte, a não ocorrência neste sindicato de ações consideradas “tradicionais” do sindicalismo, ou da condição salarial, como a negociação de acordos coletivos, mais da metade de seus associados encontram-

se sob o assalariamento. Sob essa pressão, ainda que de forma mais esporádica e incipiente, o SENGE-MA também tem incluído em suas estratégias ações em defesa do Salário Mínimo Profissional (Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966), em casos de não cumprimento deste preceito legal por parte de empregadores públicos e privados. Por último, vale lembrar que as ações “para a categoria” também incluem, no caso do SENGE-MA, um conjunto de atividades direcionadas a seus associados “autônomos”, como orientações para participação em licitações, elaboração de contratos, composição de custos e “oportunidades” em geral.

6. Considerações finais

No plano teórico, buscamos contribuir para a conceituação e a análise de um segmento social ainda pouco estudado diante da sua amplitude empírica, não obstante os estudos clássicos e contemporâneos sobre a chamada classe média e suas funções na estratificação e nas lutas sociais. Vale ressaltar que quanto à relação entre esse estrato social e a atuação de suas entidades associativas, em especial os sindicatos, estudos mostram-se ainda mais escassos.

A trajetória recente da categoria profissional dos engenheiros no Brasil, em certa medida, apresenta a influência da transformação experimentada pelos mundos do trabalho e do sindicalismo nas últimas décadas, sintetizando algumas de suas características. Estudos como o de Grün (1992) apontam que, entre os anos 1970 e 80, largas parcelas de profissionais liberais passariam à condição de assalariamento. Os engenheiros e seus sindicatos, em especial, teriam sofrido um processo de “proletarização”. A partir dos anos 1990, entretanto, o desemprego e a difusão de formas “autônomas” de contratação, como a contratos por projeto e entre “pessoas jurídicas”, recolocariam na agenda de discussão dos engenheiros e de suas entidades de classe a questão autonomia do exercício de seu saber profissional.

Em nossa opinião, essa “divisão interna” constitui o fio condutor para a observação da atuação do SENGE-MA e dos sindicatos filiados à Federação Nacional dos Engenheiros (FNE). Em sua totalidade, a pesquisa tem abordado experiências sindicais

que se encontram diante de uma “dupla necessidade”: de representar os interesses político-econômicos da categoria profissional e de atuar de forma autônoma na sociedade, desde a formação técnico-profissional de seus associados à concepção e execução de políticas de desenvolvimento regional e nacional.

A diferenciação interna desses profissionais e seus possíveis impactos na ação sindical indicam os referenciais teórico e empírico para discutirmos a peculiaridade inerente às categorias profissionais baseadas em diploma universitário (Grün, 1992; Kawamura, 1981 e 1986), ou ainda as discussões relativas à chamada “classe média” (Wright Mills, 1976; Souza e Lamounier, 2010) e sua representação político-sindical (Saes, 1985; Boito Jr, 2007). Defendemos, por fim, que a composição interna entre assalariados (dos setores público e privado) e autônomos (ou pessoa jurídica) constitui um ponto de partida para o estudo da organização e da atuação sindical desse segmento da força de trabalho.

Apesar de concordarmos com alguns pressupostos encontrados na bibliografia acerca da representação político-sindical entre o segmento sócio-profissional estudado, como a chamada “ideologia meritocrática” (Saes, 1985; Boito Jr, 2007), destacamos a necessidade de reflexão sobre a ocorrência desta e de outras características em ambientes estruturados por outros princípios de estratificação social, por vezes concorrentes ou opostos em relação à impessoalidade do mérito. Dito de outra forma, devemos pensar como se dá a relação entre saber técnico, representação sindical e prestígio social em diferentes contextos sociopolíticos a serem estudados.

Tomando por base a trajetória do SENGE-MA, observa-se que as questões demandadas por uma base heterogênea, onde o assalariamento constitui pouco mais da metade da condição de seus representados, influencia o sindicato na construção de discursos e ações que combinem duas estratégias: as ações do tipo “sindicato para a categoria” e “sindicato para a sociedade”¹⁶.

Como parte de uma investigação em andamento, as informações acerca do perfil sócio-profissional dos associados do SENGE-MA, bem como sua comparação com

¹⁶ No sentido dado por Ramalho e Santana (2001).

outras experiências sindicais, corroboram algumas questões observadas na bibliografia sobre o tema e instiga a busca pelas possíveis peculiaridades constitutivas do sindicalismo de nível superior, no Brasil e no estado do Maranhão, em especial no que tange à trajetória e à organização mais recente dos profissionais da engenharia.

Ao final, propõe-se uma inserção das observações levantadas por este trabalho na discussão mais geral sobre sindicalismo, ou para o rol das análises sobre como os sindicatos, em diversas categorias profissionais, lidam com a atual política de “autonomização”, seja nos planos discursivo-ideológico ou da organização do trabalho. De modo recorrente, a figura do trabalhador, titulado ou não, é substituída por termos como “associados”, “colaboradores”, “autônomos”, “empresários de si mesmos”, entre outros.

Se o embate entre assalariados e autônomos, estrutural para os engenheiros e seus sindicatos, torna-se cada vez mais generalizado nos discursos, nas formas de organização da produção ou, ainda, na construção das identidades laborais, isto torna possível a análise da experiência dos “SENGEs”, por mais heterogênea e permeada de conflitos internos que pareça, como uma contribuição para o estudo dos dilemas e das estratégias que são também experimentados por outras categorias de trabalhadores e seus representantes sindicais no Brasil e no mundo do trabalho como um todo. Tal divisão deve ser pensada como produzindo impactos sobre a construção da identidade e a representação político-sindical dos trabalhadores em geral.

Um segundo ponto a ser pensado refere-se às relações entre sindicato e sociedade, sem perder de vista tanto as questões implicadas pela mudança contemporânea verificada no mundo do trabalho nas últimas décadas, quanto os desdobramentos desse processo ao atingir níveis locais específicos. Assim como no caso das formas de ação sindical, o caso estudado indica que as relações sindicato-sociedade não devem ser observadas apenas a partir das relações da entidade sindical com seus parceiros institucionais “tradicionais”, como movimentos sociais, partidos políticos, entre outros. Mesmo quando observamos as relações entre sindicatos, ou lideranças sindicais, e as diferentes esferas do poder público, ou do Estado, esta também se apresenta sob o impacto das mudanças da economia e do mercado de trabalho observadas nas últimas décadas.

Não devemos, contudo, perder de vista a organização sindical e as estratégias adotadas em momentos e ambientes nos quais se desenvolveu o sindicalismo brasileiro. Isto significa refletir sobre os modelos de ação sindical observados em outras categorias profissionais, e em outras regiões do país, nos contextos dos anos 1980 e 1990, para os quais chamamos atenção no início do texto. Não obstante, seja quanto à ação sindical ou à relação sindicato-sociedade, a partir do caso estudado, levantamos possibilidades para se pensar o sindicalismo a partir de perspectivas que respondam à atual dinâmica do mercado de trabalho, da organização da produção etc. Neste sentido, buscamos recusar uma “lógica da ausência”, onde o fenômeno sindical seria considerado apenas na ocorrência de atores, instituições e práticas que tratamos por “tradicionais” ao final do texto. Ou seja, para além das especificidades do caso estudado, procuramos expor, em linhas gerais, alguns elementos para a composição do *filtro* que o sindicalismo brasileiro tem experimentado nos últimos anos e, a partir do qual, suas ações também terão de ser desenvolvidas.

7. Referências bibliográficas

- Boito Jr, A. (2007). *Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos*. São Paulo, Brasil: UNESP.
- Castel, R. (1997). *Metamorfoses da questão social*. Rio de Janeiro, Brasil: Vozes.
- Dias, J. L. M. (1994). "Os engenheiros do Brasil". In: Angela de Castro Gomes. (Org.). *Engenheiros e Economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Editoria da Fundação Getúlio Vargas. p. 13-81.
- Dombois, R. e Pries, L. (1998). "Un huracán devastador o un choque catalizador? Globalización y relaciones industriales en Brasil, Colombia e Mexico". In *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, nº. 8. São Paulo: Alast. p. 59-87.
- Grün, R. (1992). *A revolução dos gerentes brasileiros*. São Carlos: UFSCar.
- Harvey, D. (1989). *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- Hobsbawm, E. e Ranger, T. (org.). (1984). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro. Paz e Terra.
- Kawamura, L. (1981). *Engenheiro: trabalho e ideologia*. São Paulo, Brasil: Ática.
- _____. (1986). *Tecnologia e Política na Sociedade*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Machado da Silva, L. A. (1998). "Trabalhadores do Brasil: virem-se". *Revista Insight/Inteligência*, Ano 1, Nº. 5 (p.58-65). Rio de Janeiro.
- Medeiros, R. N. (2006). "Senge MA - primeira fase". In: *Sindicato dos engenheiros do maranhão faz história no sindicalismo maranhense*. São Luís: mimeo.
- Pereira, S. M.. (2012). *Sindicalismo e privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional*. São Luís: Edufma.
- Ramalho, J. R. & Santana, M. A. (2001). Tradição sindical e as mudanças econômicas dos anos 1990: o caso dos metalúrgicos do Rio de Janeiro. Ramalho & J. R. & Santana, M. A. (org.). *Trabalho e tradição sindical no Rio de Janeiro: a trajetória dos metalúrgicos*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.
- _____. (2004). *Sociologia do Trabalho*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor.
- Saes, D. (1985). *Classe média e sistema político no Brasil*. São Paulo, Brasil: T. A.. Queiroz.
- Sennett, R. (1999). *A corrosão do caráter: Consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- _____. (2006). *A Cultura do Novo. Capitalismo*. Rio de Janeiro, Brasil: Record.
- Souza, A. & Lamounier, B. (2010). *A Classe Média Brasileira*. São Paulo, Brasil: Ed. Campus.
- Weber, M. (1991). *Economia e sociedade*. V. 1. Brasília, Brasil: UnB.
- Wright Mills, C. (1976). *A nova classe média*. (2ª ed.) Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.

Outras referências

Central Única dos Trabalhadores. *Resoluções do 2º Congresso Nacional da CUT* – Rio de Janeiro (RJ), 31 de julho e 1,2 e 3 de agosto de 1986.

Consolidação das Leis do Trabalho. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943.

Engenheiro: órgão informativo da FNE. (2005-2009)

Jornal do Engenheiro – SENGE-RJ, junho de 2006.

RIBEIRO, Maria Odinéa M. Santos. “Ética e participação coletiva”. In: *Engenheiro: órgão informativo da FNE*. Seção 1 – Opinião. Edição 62 – Julho de 2007.

"Um dia de cão". Documentário sobre a greve da meia passagem (São Luís, setembro de 1979). 30 min s/d.

Fontes na internet

Central Única dos Trabalhadores

www.cut.org.br

Federação Interestadual de Sindicato de Engenheiros

www.fisenge.org.br

Federação Nacional dos Engenheiros

www.fne.org.br